

ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se à Medida Provisória n. 595 que tramita no Congresso Nacional.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito de colocações do jornalista Roberto Salum.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Pela ordem) - Solicita providências do Parlamento com relação às colocações do jornalista Roberto Salum.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à ferrovia da integração leste-oeste.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se a recursos do governo federal.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra episódio ocorrido no oeste catarinense, com o salvamento de uma criança por dois cães de estimação.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Lê artigo publicado no *Diário Catarinense* no dia 6 de fevereiro.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Registra requerimento de sua autoria.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se a respeito do Instituto Federal Catarinense na cidade de Abelardo Luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, em função de um problema pessoal, uma fratura no pé esquerdo, estou dependendo de muletas e de cadeira de rodas. Por isso, estou sentindo dificuldade em realizar algumas atividades e até ter acesso mais fácil à tribuna. Em outro momento vou fazer questão de ocupar a tribuna para falar sobre acessibilidade, porque só quando passamos por uma situação como a que estou vivenciando no momento é que conseguimos enxergar e ver determinadas situações que no dia a dia normalmente não percebemos.

Nessas últimas três semanas que estou nestas condições, aqui dentro da Casa e em várias outras instituições, tenho me defrontado com uma situação que realmente me chama atenção. Portanto, precisamos debater com muito mais intensidade e seriedade essa questão da acessibilidade.

Venho hoje à tribuna porque ontem à noite na minha cidade de Itajaí participei de uma reunião muito intensa, movimentada, calorosa e de ânimos exaltados, com os trabalhadores portuários, tendo em vista a Medida Provisória n. 595, que tramita no Congresso Nacional.

Essa medida provisória é uma intenção do governo federal em estabelecer um novo marco regulatório para os portos brasileiros, mas da forma como está concebida e como aportou no Congresso Nacional, no Senado Federal, ela tem muitos equívocos, muitos senões. Por isso, dou razão aos trabalhadores portuários, aos estivadores, arrumadores, conferentes, guardas, entre outros, porque realmente, se assim for, praticamente vai comprometer o mercado dos trabalhadores avulsos portuários de todas as categorias de uma forma inaceitável.

Falo isso porque acompanho esse assunto desde que me elegi vereador, em 1988, para o meu primeiro mandato, em 1989, que coincidiu com eleição do presidente Collor, quando, à época, foi extinta a Portobras, deixando os portos brasileiros à deriva, sem pai nem mãe, e o nosso porto de Itajaí ficou subordinado ao porto de Santos, à Codesp. Quer dizer, o porto de Itajaí para comprar um parafuso tinha que pedir licença para a Codesp, que administrava o porto de Santos.

Iniciamos um grande movimento que culminou com a municipalização do Porto de Itajaí, em 1995, deputado Kennedy Nunes. Essa foi uma das maiores conquistas e o Porto de Itajaí tornou-se uma referência nacional, embora um porto pequeno, mas ágil, superavitário, exemplo até no exterior. E grande parte dessa destacada movimentação reconhecida do Porto de Itajaí deve-se à mão-de-obra, aos trabalhadores avulsos portuários de todas as categorias: estivadores, arrumadores,

conferentes, guardas, consertadores. São muitas categorias que formam os chamados trabalhadores avulsos portuários.

No entanto, de lá para cá, sucessivamente, os portos brasileiros passaram por vários momentos de adaptação e modernização, e os trabalhadores sempre saíram perdendo, sempre foram considerados os vilões, sempre foram injustamente considerados aquilo que estaria prejudicando a modernização e a eficiência dos portos. Mentira! Grande parte do desempenho dos portos brasileiros - e eu tiro isso por Itajaí - deve-se à qualidade da mão de obra desses trabalhadores portuários, que mesmo antes dos *portainers*, antes dos *containers*, antes de toda a modernidade que há, hoje, carregaram no seu lombo as riquezas que entravam e saíam do Brasil através das importações e exportações, trabalhando no sol, na chuva e nas madrugadas frias nos porões dos navios.

Eu tive a oportunidade de acompanhar, nesses mais de 25 anos em que eu acompanho os trabalhadores dos portos, andando pelos portos brasileiros, participando de plenárias nacionais de todas as categorias... E ainda no ano passado, em Brasília, participei de uma plenária nacional dos trabalhadores, que estavam preocupados sabendo que o governo estava engendrando lá na Casa Civil um novo marco regulatório. E já se tinha notícias de determinadas regras negativas e prejudiciais para os trabalhadores.

No entanto, agora isso se configura na Medida Provisória n. 595. E os trabalhadores, da forma como está colocado, poderão perder consideravelmente o seu importante mercado de trabalho nos portos brasileiros. Por que essa privatização? Por que essa entrega de terminais privados para o setor privado? Mas há a entrega também de terminais públicos, de portos públicos, para os setores privados, que vão poder contratar mão-de-obra ao seu bel prazer, não tendo mais a obrigatoriedade de contratar a mão de obra através dos trabalhadores avulsos portuários, através do órgão gestor de mão de obra, mas poderão contratar livremente no mercado pessoas sem qualificação, em

detrimento dos trabalhadores portuários, e que não é uma questão de emprego. Na verdade, é a profissão deles, como trabalhadores portuários.

O governo diz que essa medida provisória tem como objetivo, para a exploração dos portos organizados e instalações portuárias, aumentar a competitividade e o desenvolvimento do país. E coloca entre essas diretrizes, e justifica, assim, por que essa medida provisória é um estímulo à modernização e ao aprimoramento da gestão dos portos organizados em instalações portuárias. E diz que isso é para a valorização e a qualificação da mão de obra portuária e a eficiência das atividades prestadas.

Como que pode realmente ser um movimento para valorizar a mão de obra e a qualificação da mão de obra portuária, se os trabalhadores portuários que durante esses anos e décadas, para não falar de século, vão sendo preteridos, jogados para o escanteio, vão ficando em segundo plano, para que os operadores portuários privados, dos portos públicos e dos privados, simplesmente contratem a mão de obra que bem entender, sempre prejudicando? Ora, chega de colocar nos ombros dos trabalhadores dos portos a pecha da ineficiência dos portos. Tem várias medidas provisórias que devem ser tomadas

Eu sei dos grandes negócios e negociatas que são feitos nos cais dos portos brasileiros, que justificam determinadas atitudes do governo federal, mas nunca se justifica que essas atitudes tenham como objetivo principal, e acabam tendo da forma como aqui está colocado, prejudicar os trabalhadores.

Por isso, estou aqui fazendo essa manifestação.

Há pouco a ministra Ideli Salvatti me ligou, falando sobre esse assunto, dizendo que o senador relator dessa medida provisória vai chamar audiências públicas, que nós esperamos, sobre essa matéria. Esperamos também que as mais de 600 emendas que estão no Congresso Nacional sejam analisadas pelo senador relator, que possam rever, em favor dos trabalhadores, a sua segurança, o seu mercado do trabalho, para que de fato a

competitividade e a modernidade dos portos brasileiros possam acontecer. Essa modernidade e competitividade dos portos brasileiros jamais acontecerão em prejuízo, em detrimento, afastando os trabalhadores dos portos brasileiros de todas as categorias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente encontram-se no plenário ilustres visitantes do município de Campo Alegre, nossos vereadores, que são: Ana Lucia Piske, Adriano Roscooper, Francisco Kune. A nossa saudação pela vinda à nossa Casa.

Sintam-se à vontade e obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A Presidência agradece a visita ilustre dos dignos representantes de Campo Alegre, que aqui estão. Bem-vindos à nossa Casa.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os visitantes, entidades, pessoal que está aqui se manifestando. Sejam bem-vindos.

Também quero registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta, vereador Ulisses Baesso, juntamente com os vereadores daquele município, que acompanham e participam aqui de um evento promovido pela Fecam. Sejam bem-vindos todos os visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Além do presidente Ulisses Baesso, temos a presença dos vereadores: Rafael, Ederson, Luciano, Jeferson e Adriano. Agradecemos a presença. Sejam bem-vindos. Além disso, temos a visita ilustre do vice-prefeito de Nova Erechim, Milton Tomazzi, e

também do vereador Algelins Calon, do município de Blunópolis, do prefeito Adenil da Rosa, do vereador Vilson Becker, do presidente da Câmara, Eder Rodrigo, e da secretária da Câmara Karine Escolari.

Ainda queremos cumprimentar e agradecer a presença do prefeito Luiz Napolli, de Jaguaruna, que se encontra aqui também.

Sejam bem-vindos.

Está também aqui presente a Associação Camelódromo de Florianópolis, junto com os representantes do Direto do Campo. Queremos também cumprimentá-los e dar-lhes as boas-vindas à nossa Casa.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TV Assembleia e da Rádio Digital, demais pessoas que nos acompanham aqui, presentes nesta sessão de terça-feira, especialmente as pessoas que se manifestam pelo direito de trabalhar, camelôs da nossa cidade, garanto que não queria voltar a esse assunto, mas tem coisas que não dá para a gente deixar.

Na semana passada, quem estava aqui ou acompanhou pela TV pôde ver que me manifestei a respeito de algumas frases do apresentador de televisão Roberto Salum sobre este deputado. E aí, na última sexta-feira, ele gastou mais de 20 minutos do seu programa, na televisão RIC-Record, em horário nobre, para falar daquilo que eu falei, evidentemente que para distorcer, para me chamar de mentiroso. Ele mentiu para me chamar de mentiroso, aliás, anunciou no dia anterior que eu sou um mentiroso e que no dia seguinte ele iria mostrar. No dia seguinte não provou nada que diga que sou um mentiroso, inclusive distribuiu algumas mentiras, talvez não por má fé, mas por acreditar em alguns desafetos que temos, gente que na melhor das hipóteses morre de inveja pelo fato de estarmos aqui e que faz parte, inclusive, alguns, acredito, da nossa própria categoria. E o Salum

está se alimentando de informação desses indivíduos.

Queria pedir à assessoria que passasse o primeiro vídeo, que não vai falar dessa questão a meu respeito e sim outras questões sobre o estado de Santa Catarina, segurança pública etc., pois eu gostaria muito que a Assembleia Legislativa, os deputados e a população pudessem refletir acerca da qualidade, do nível civilizatório temos aqui, neste programa de televisão.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Só essa última frase é que foi em relação a este deputado. Os srs. deputados acompanharam que o restante do tempo foi sobre as autoridades do governo do estado, aliás, o governo do estado do qual o partido dele é aliado, mas que mostra aí uma disputa dentro do governo por cargo de secretaria, de secretário, de comando etc.

Se eu fosse apenas a metade irresponsável do que esse cidadão tem sido, defenderia a candidatura dele para secretário da Segurança, que é o grande desejo histórico e um dos motivos por que ele não gosta da Aprasc e deste deputado, porque nós nunca o apoiamos. Se eu tivesse a metade da irresponsabilidade dele, eu o apoiaria, porque em seis meses o governo cairia com esse tipo de ideia, com esse tipo de postura, e nenhum governo resistiria seis meses.

Chamou-me de mentiroso porque eu disse que ele está aqui desde 2008, liberado pela Mesa Diretora da Assembleia da escala de serviço onde deveria trabalhar e que está comissionado, sim, desde o dia 1º de fevereiro. Está no Diário da Assembleia Legislativa.

Chamou a Aprasc e o nosso mandato de cabide de emprego, mas nenhum dos salários comissionados lá do nosso gabinete é do tamanho do dele, faz pouco tempo, esse agora começou de fato. O Roberto Salum é comissionado desta Mesa Diretora! Desta aqui, não é de outra! É desta aqui! É aqui que ele come, para não precisar, inclusive, cumprir escala. Claro, ele deve ter um salário generoso na RIC Record também.

Está disputando politicamente, eleitoralmente, com este deputado e com outras possíveis lideranças da Aprasc. Falou 20 e poucos minutos, disse que fez dobradinha comigo em 2006, por isso que fiz 40 mil votos e que a maioria desses votos foi ele quem fez! E que em 2010 ele não fez mais, e daí diminuíram os meus votos em 5%. Ele foi candidato a deputado federal em 2006, em 2010. E de 2006 para 2010 ele teve diminuída em mais de 50% a sua votação.

Eu nunca fiz dobradinha com esse tipo de político e nunca farei. Só fiz uma dobradinha na última eleição para deputado federal com o Sargento Sobrinho, diretor da Aprasc lá no extremo oeste. Ele não tem um programa de televisão e fez mais votos do que o Roberto Salum.

Eu não vou mais responder a esse tipo de coisa porque não vou usar esta tribuna para entrar nesse debate de quem está disputando base eleitoral.

A Aprasc não é uma entidade assistencialista, porque não quer ser! E muitos dos informantes que Roberto Salum usa já foram diretores e ajudaram a falir diversas entidades de praças no passado, justamente por causa da pretensa política assistencialista, que mais é demagógica do que assistencialista, que não resolve o problema de ninguém, que enrola um ou dois ou três e fali a entidade por causa disso.

A Aprasc vai muito bem, obrigado! Tem mais de 12 mil filiados. Nesta Assembleia, mais da metade é filiada também, e foi dito lá que 90% não gostam do deputado Sargento Amauri Soares. Mas, enfim, não temos tempo para isso tudo.

É preciso refletir sobre uma perspectiva civilizatória para Santa Catarina, inclusive para o uso dos meios de comunicação, porque fazer apologia do crime, tanto por parte dos agentes do estado, quanto por parte dos bandidos, e ainda incentivando, fazendo apologia a botar fogo em viatura, nessa conjuntura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - V.Exa. dispõe de 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - E, aí, as autoridades do estado - governo do qual eu não faço parte, mas o partido do Roberto Salum faz - precisam se posicionar, bem como o Ministério Público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Pula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quanto ao que ouvimos neste plenário sobre incentivar bandido a colocar fogo em viatura, este Parlamento não pode ficar quieto.

Nós estamos aqui na cultura da paz, de resolver o problema. Colocar fogo em viatura de policiais? Como vai ficar este estado? É muito grave ouvir isso de um comunicador. Não acompanhei essa matéria. Estou ouvindo agora, mas os deputados e as deputadas desta Casa precisam fazer a cultura da paz. A Força Nacional vem até este estado para ajudar, para que não vivamos num estado de insegurança. Agora incentivar bandido a colocar fogo em viatura de policiais que têm a missão de fazer a segurança deste estado não pode ficar em branco. Lamento essa situação, mas o Parlamento tem que tomar uma posição, inclusive contra a emissora para se retratar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputada. V.Exa. tem todo o direito de fazer o encaminhamento, que a Mesa tomará as providências cabíveis.

Esta Presidência registra e agradece a presença de lideranças de Passo de Torres: André Porto, Adilson Martins, Jonas Souza, Adenilson Batista e Sergio Delfino.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero me somar à fala do

deputado Sargento Amauri Soares e à da deputada Ana Paula Lima, nossa líder. Esta Casa precisa tomar providências, porque é muito grave quando pessoas da imprensa catarinense e órgãos da mídia fazem esse tipo de afirmação.

Com certeza, solidarizamos-nos com esse encaminhamento e vamos discutir o que será feito com relação a essas afirmações apresentadas pelo deputado Sargento Amauri Soares desta tribuna.

Quero, nesta tarde, como coordenador da Frente Parlamentar das Ferrovias, abordar uma questão que precisa ser esclarecida aqui. O jornalista Moacir Pereira traz no *Diário Catarinense* uma menção à Ferrovia da Integração Oeste-Leste de Santa Catarina, e tenho acompanhado passo a passo toda essa discussão. Felizmente temos uma catarinense na coordenação da Frente Parlamentar Nacional das Ferrovias, da Câmara e do Senado, que tem feito um ótimo trabalho.

Quero apenas esclarecer aqui ao secretário Paulo Bornhausen, primeiramente, que a rodovia da integração não está fora do PAC. Está incluída, sim. E o DNIT está para fazer a licitação da empresa que irá fazer o projeto de viabilidade técnica, que é o primeiro passo para se construir uma grande obra. E hoje não tem decisão nenhuma por onde se passa essa rodovia. Tem discussões de passar pelo planalto e chegar até o porto de Itajaí, porque daí todos os portos teriam ligação, bem como da ferrovia vir por Rio do Sul, vale do Itajaí. O projeto de viabilidade técnica levantará a viabilidade e depois discutirá o encaminhamento dessa rodovia.

Agora, falar que o estado quer fazer rodovias é o mínimo de conhecimento, porque o estado já não tem condições e está atendendo à questão da segurança que seriamente está aí, à saúde com toda a situação colocada até este momento, à educação. E falar em construir rodovias, de fato, chega a ser quase que uma piada. Dizem que o governo federal vai entrar como sócio majoritário. O governo federal vai pagar. O estado vai construir. Como é essa história?

Assim, quero lamentar essa informação. Com certeza, amanhã, o ministro dos Transportes estará aqui, no encontro dos prefeitos, sendo que muitos estão aqui juntamente com algumas lideranças, para esclarecer essa questão a todos os catarinenses e lideranças do nosso estado.

Sr. presidente, vamos continuar a nossa grande luta. Santa Catarina será contemplada. Felizmente, o governo do presidente Lula e, agora, o da presidente Dilma Rousseff retoma esse debate das ferrovias que foi abandonado por décadas no Brasil, infelizmente. E, hoje, paga-se o preço desse abandono da estratégia de transporte modal ferroviário no nosso país. O Brasil fica para trás de outros países do mundo por ter essa dificuldade, pelo custo de transporte muito mais caro, ambientalmente com grandes impactos, sem falar aqui na questão da segurança.

Então, nesse sentido, sr. presidente, nós vamos continuar nessa luta e acompanhar amanhã a apresentação, conforme está programado com o ministro dos Transportes, que certamente vai tratar muito bem esse tema. E nós continuaremos, através da nossa Frente Parlamentar, a discutir esse tema, acompanhando de perto, para que possa da melhor forma possível beneficiar o nosso estado no desenvolvimento do transporte ferroviário.

Portanto, sr. presidente, é isso que quero trazer nesta tarde, assim como cumprimentar todos os prefeitos, vice-prefeitos, o nosso prefeito de Gaspar, Pedro Celso Zuchi, presidente da Fecam que está promovendo esse grande evento para discutir e trazer um conjunto de debates frente aos desafios dos municípios catarinenses.

Também, gostaria de conclamar e provocar no bom sentido todos os nossos legisladores municipais que estão nesse encontro, para discutirmos, de fato, um projeto mais avançado para nosso estado de Santa Catarina. É um estado que tem grandes desafios pela frente, perspectiva positiva, estado pequeno, tem uma economia muito forte, mas infelizmente não temos visto um grande projeto que inclua todas as nossas regiões e que desenhe uma perspectiva de desenvolvimento para os

próximos 30 anos, 40 anos de desenvolvimento do futuro do nosso estado.

Por isso mesmo, deputado Silvio Dreveck, estivemos hoje pela manhã com o secretário da Fazenda discutindo o Decreto n. 1.357 que preocupa hoje as nossas micro e pequenas empresas, que nos garantiu que até quarta-feira ou quinta-feira será achado um encaminhamento para não prejudicar nesse momento as nossas micro e pequenas empresas.

Nós estamos com a proposta de sustar esse decreto até que se encontre um caminho que possa trazer dignidade e respeito para as referidas empresas. Mas segundo compromisso, vamos dar esse tempo de confiança ao nosso secretário, ao governador Raimundo Colombo, para acharem um encaminhamento que não prejudique as micro e pequenas empresas.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - A título de contribuição, sobre a questão das ferrovias, deputado Dirceu Dresch, li a matéria no jornal *Diário Catarinense* e fiquei surpresa. Acho que esse secretário não tem conhecimento de causa. E convido o secretário Paulo Bornhausen para discutirmos a questão das ferrovias no dia 15 de março, na Fiesc, na Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina que chamou a Frente Parlamentar dos nossos deputados federais e senadores, presidida pelo deputado Décio Lima, para dizer que a ferrovia leste/oeste não está fora do PAC.

Convidamos então para esse debate, às 14h30, na sede da Fiesc, com o sr. Bernardo Figueiredo, presidente da logística, com o representante do DENIT e também o representante da Valec, para mostrar para todas as lideranças que estão preocupadas com a questão da ferrovia a intenção do governo federal fazer essa ferrovia no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito bem, deputada Ana Paula Lima.

Agradeço à nossa líder pela contribuição. Com certeza Santa Catarina tem sido muito bem atendida junto ao governo federal. Inclusive, deputada Luciane Carminatti, deputada Ana Paula Lima, deputado Padre Pedro Baldissera, temos recebido uma atenção muito grande. Temos mais de R\$ 7 bilhões que também o governo federal tem passado para Santa Catarina, além de outros investimentos.

Então, temos tido atendimento, e não vai ser diferente com as ferrovias. E com respeito às nossas lideranças, o nosso coordenador da Frente Parlamentar Nacional, deputado Décio Lima, estará com certeza acompanhando muito bem essa discussão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário é do PSDB.

Consulto o seu líder sobre quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, o próximo horário pertence ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, o meu cumprimento muito especial.

Srs. deputados, darei continuidade à fala do deputado Dirceu Dresch sobre a Federação Catarinense dos Municípios que está nesses dois dias, ontem e hoje, realizando na capital do estado de Santa Catarina o segundo congresso, reunindo prefeitos e prefeitas, gestores municipais, visando à qualificação e a organização das administrações municipais.

A Fecam é presidida pelo prefeito do município de Gaspar, nosso companheiro do PT, Pedro Celso Zuchi, esta cidade que fica no vale do Itajaí. E

como bem frisei, um dos objetivos do congresso é garantir aos prefeitos e prefeitas o acesso às informações que possibilitem, srs. deputados, às prefeituras o acesso aos recursos federais para a execução de projeto.

Deputada Luciane Carminatti, refiro-me aos recursos do governo federal, porque recursos do governo do estado ainda não vi nenhum. E essa é a choradeira de todos os prefeitos e prefeitas por onde tenho andado, não só das prefeituras, mas também de algumas rodovias estaduais que não estão sendo executadas, assim como na área da Educação, Saúde, onde há um problema generalizado.

Em 2013 cerca de 200 prefeituras são administradas por prefeitos e prefeitas. E é importante que essa nova geração de prefeitos e prefeitas seja preparada para os grandes desafios que se apresentam para o desenvolvimento das cidades catarinenses.

(Passa a ler.)

"Como diz o pesquisado Sachs, um elevado índice de crescimento pode coexistir com uma dinâmica perversa de desenvolvimento, construído por meio da desigualdade e da deterioração social.

Este com certeza, srs. deputados, é o maior desafio das novas administrações municipais: garantir o desenvolvimento com sustentabilidade.

Os avanços tecnológicos, avanços na área da medicina, da farmacologia, a velocidade das redes sociais, enfim, devido a esses avanços criamos também um caos urbano muito grande, as desigualdades sociais desnecessárias, a produção globalizada e o descompromisso com as pessoas".

O que é mais importante no mundo, numa cidade, no estado, num país, são as pessoas.

(Continua lendo.)

"Por isso, devemos repensar nossas vidas em sociedade, criando gestores municipais sustentáveis, focados na implementação de instrumentos de planejamento e execução de políticas públicas que considerem a sustentabilidade como transversal a todos os projetos e ações de todos os poderes.

Devemos ter a capacidade de sensibilizar e comprometer os setores privados e as sociedades locais para essas novas possibilidades de convivência social.

Quando falo, sra. deputada e srs. deputados, em cidades sustentáveis, falo dos princípios de governança que estimulem as pessoas a preservarem os seus bens naturais comuns e que estes bens sejam acessíveis a todas as pessoas.

Quando falo em cidades sustentáveis, falo em governança que promova a justiça social e a cultura de paz entre os seus cidadãos, não a apologia do crime, deputado Sargento Amauri Soares, mas a cultura da paz que temos que desenvolver, que se contraponha ao aumento da violência urbana registrada hoje infelizmente na maioria das cidades catarinenses."

É um absurdo o que temos vivenciado diuturnamente nos meios de comunicação. Nós estamos em cidades intranquilas.

(Continua lendo.)

"Quando falamos em novos modelos de gestão sustentável, falamos de governos que desenvolvam planejamento e desenho urbano que possibilite e favoreça espaços coletivos de convívio, valorizando os potenciais naturais de cada região.

Falar em novos modelos, srs. parlamentares, é falar também em nova maneira de educar nossas crianças e adolescentes para que desenvolvam autonomia, desenvolvam capacidade crítica que possam lhes assegurar qualidade de vida. E é com a criança e com o adolescente que precisamos trabalhar mais.

Incentivar esses novos modelos é fomentar a economia local, estimular a circulação e o consumo dos produtos produzidos nas cidades e também nos seus entornos, favorecendo e fortalecendo os pequenos empresários, os pequenos agricultores, fortalecendo e estimulando a criação de associações e cooperativas, isto, sim, são cidades sustentáveis.

Essa nova forma de governar deve também estimular o consumo responsável e valorizar os novos estilos de vida.

Quando falamos em sustentabilidade, devemos ter o compromisso em melhorar a mobilidade urbana e desestimular o tráfego de veículos, estimulando transportes coletivos eficientes, a criação de ciclovias e de parques públicos. Isso é cidade sustentável.

Não podemos falar em novos conceitos de cidades sustentáveis sem falarmos também em ações locais eficazes de promoção de saúde, que priorizem ações descentralizadas e eficazes de atendimento da população em busca de qualidade de vida e longevidade, com ações rápidas eficazes e atendimento humanizado.

Em síntese: sra. deputada, srs. deputados, público catarinense, aplicando o conceito de sustentabilidade à realidade local, podemos considerar que a promoção de um desenvolvimento municipal sustentável deve se pautar na construção das seguintes realidades:

- meio ambiente equilibrado;
- direitos fundamentais dos cidadãos respeitados, e aqui friso a questão da segurança;
- infraestrutura adequada;
- economia local equilibrada, com recursos locais ativados;
- e a gestão municipal responsável e transparente, como também o protagonismo social.

Esse foi o desafio lançado para os novos gestores dos 295 municípios do estado Santa Catarina.

É nesse espírito do momento que se realiza o congresso da Fecam, que realizaremos em Blumenau no próximo dia 08 de março, seminário de gestores municipais sobre o PAC 2. Esse seminário está sendo organizado pelo deputado federal Décio Lima será realizado em Blumenau e aberto a todos os municípios catarinenses.

Com ações estratégicas, como essa do PAC, mostramos que podemos governar dentro desse novo modelo de cidade sustentável que harmonize pessoas, valorize espaços, desenvolva economia solidária e o consumo responsável para que possamos ter qualidade de vida e justiça social.

Gostaria que o governo do estado também, conforme a fala do governador hoje no congresso da Fecam, tivesse recursos para esses prefeitos e prefeitas, que não faça só uma choradeira dizendo que está mal, mas que pegue recursos que têm vindo do governo federal e repasse para os municípios catarinenses.

É isso que esperamos do governador, ou seja, que realize e faça seu dever de casa! Que resolva o problema da segurança pública, da saúde e da educação dos catarinenses. Estamos esperando que cumpra as promessas que fez na sua campanha eleitoral, pois em dois anos e três meses de governo não vi nenhuma mudança. E isso faz sentido também quando escutamos a fala de vários prefeitos do nosso estado. Onde está a mão estendida do governador para solucionar esses problemas? Por isso, essa reflexão tem sido feita também no congresso da Fecam, por prefeitos e prefeitas, por todos esses gestores municipais.

Queremos, então, acessar os recursos tanto do governo federal quanto do governo do estado de Santa Catarina, porque é nas cidades que moram as pessoas, e é lá que os problemas precisam ser resolvidos e que vários prefeitos têm enfrentado."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria, nesses cinco minutos, de falar sobre assuntos mais leves e bonitos, até porque esta tribuna merece mais do que lamúrias e outras barbaridades.

Solicito à assessoria que coloque o vídeo sobre uma notícia que creio que todos tiveram conhecimento através dos meios de comunicação, no final de semana. Ouvi a notícia, no sábado pela

manhã, na CBN e fui me informar melhor, porque inclusive fiquei emocionado.

Trata-se do resgate de um menino de apenas dois anos e oito meses, da cidade de Pinheiro Preto, no meio-oeste, feito pelos bombeiros militares daquela região. O menino, no final da tarde de sexta-feira, perdeu-se na roça de soja - e quem conhece uma roça de soja sabe que é mais alta do que um menino de dois anos -, numa área rural.

Cerca de 30 bombeiros de toda a região, desde Curitiba até Videira, procuraram o menino, com a ajuda de cães, durante toda a noite, que estava muito fria naquela noite, tanto que parte dos bombeiros usou jaqueta durante a madrugada para suportar o frio, 15 graus, e o menino estava apenas de calção quando desapareceu, portanto, sem camisa e sem sapatos, perdido no milharal e na roça de soja.

Já no começo da manhã os bombeiros estavam encontrando uma forma de dizer para a família que, àquela altura, seria improvável encontrá-lo consciente, talvez até com vida, um menino que passara a noite sem camisa, perdido no mato.

Eis que nos primeiros raios de sol, na busca permanente em que estavam os bombeiros, viram um movimento brusco, rápido, no meio da roça de soja. E imaginaram que eram os cachorros que estavam ajudando nas buscas, mas era o pequeno Victor Henrique Rodrigues que estava brincando dentro da roça com os dois cachorrinhos de estimação, que praticamente todas as famílias da área rural têm.

O menino foi encontrado com saúde, evidentemente, com alguns sintomas de hipotermia. Mas a possibilidade real de uma criança dessa idade, que passa a noite inteira na rua, numa noite com temperatura de 15 graus, ser encontrada com vida é muito pequena. Mesmo um adulto sem uma vestimenta adequada, possivelmente, não estaria consciente ao amanhecer.

Então, imagina-se que os cachorrinhos de estimação da família não apenas protegeram, mas agasalharam o menino durante a noite inteira, para

que ele dormisse e não fosse acometido, por demais, pelo frio.

Dessa forma, fiquei emocionado com essa história que valoriza a vida, o ser humano, em meio a tantas barbaridades que ocorrem por aí. E também nos remete à lembrança do bom trato destinado aos animais, que têm, sim, a sua racionalidade, a sua sensibilidade e a sua forma, inclusive, de se comportar e relacionar com o ser humano.

Quero parabenizar todos os bombeiros que participaram deste trabalho, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina no seu conjunto, pela soma extraordinária de homens e mulheres da mais elevada qualidade, que tiveram a honra de participar dessa operação, especialmente o soldado Pugas e a soldado Luciane que se formou em dezembro e já na manhã do último sábado teve a alegria de participar desse momento magnífico da história dessa corporação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

Antes, porém, esta Presidência registra, com muita alegria, a presença dos prefeitos de Arabutã, Jackson Patzlaff, e também de Jaraguá do Sul, Dieter Jansen.

Sejam bem-vindos!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, da mesma forma queremos endossar aqui os cumprimentos aos nossos companheiros prefeitos que nos visitam nesta tarde.

Sr. presidente, eu havia preparado outra fala para esta tarde, no horário do meu partido, mas, pela benevolência do meu ex-líder, deputado Silvio Dreveck, que usaria da palavra hoje, ele me cedeu o horário para que eu pudesse relembrar aqui alguma coisa da opinião da RBS. Isso aqui não deve

ser esquecido e deve ser registrado nos anais desta Casa.

No dia 6 de fevereiro, o *Diário Catarinense* publicou uma coisa que machuca o parlamentar, que machuca o político de bom caráter, que machuca o político sério, que machuca o representante legítimo da sociedade brasileira. Por isso, passarei a ler para que eu não confunda nem os termos nem o pensamento do relator.

(Passa a ler.)

"A Política Vilipendiada". Que termo ruim. Esse termo menospreza a política e o político brasileiro. Mas não é culpa nossa, e os senhores deputados e as senhoras deputadas verão por que dessa desmoralização.

(Continua lendo.)

"A mensagem que a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso, na abertura dos trabalhos legislativos, merece profunda reflexão dos brasileiros. Para manifestar seu sincero reconhecimento ao imprescindível papel do Congresso Nacional na construção de um Brasil mais democrático, justo e soberano, a chefe do Executivo admitiu que a atividade política está sendo vilipendiada no país. Compreensível: naquele momento e naquela circunstância, o interesse explícito da presidente era conquistar a simpatia do Congresso para que continue sendo, como ela mesmo definiu no texto, um parceiro crítico e, ao mesmo tempo, colaborativo. Resta examinar, porém, por que a atividade política está sendo vilipendiada e por quem.

Em primeiro lugar, é preciso que se reconheça como verdade a afirmação da presidente. Vilipendiar, segundo o dicionário mais popular do país, significa tratar com vilipêndio, ter ou considerar como vil, desprezar, repelir. Não há dúvida de que expressiva parcela da população brasileira, possivelmente a maioria, repele e despreza a atividade política. Também é inquestionável que a imprensa, na sua condição de porta-voz da sociedade, reproduz esta percepção. Não passa dia sem que algum político apareça como protagonista de notícias negativas e de práticas

lesivas aos interesses dos cidadãos. O preocupante da manifestação presidencial é que ela tende a encobrir as razões pelas quais os agentes políticos aparecem como vilões da democracia nacional.

Se a sua intenção não fosse afagar o Congresso, o que é compreensível numa mensagem de saudação, a própria presidente poderia ter acrescentado que a razão de tanto vilipêndio é a mesma que a levou a afastar sete ministros de seu governo nos dois primeiros anos de administração.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, que estava presente na cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos, também poderia ter contribuído com a sua parte, esclarecendo por que, como relator do processo conhecido como mensalão, condenou à prisão parlamentares, presidentes e altos funcionários de partidos políticos.

Num improvável ato de contrição, talvez os próprios presidentes das duas casas legislativas que comandavam a cerimônia pudessem explicar à nação que as irregularidades de que estão sendo acusados contribuem para a política tão vilipendiada. Se eles não explicam, explicamos nós: a política só virou sinônimo de corrupção no país porque alguns governantes, ministros, parlamentares e servidores desonram a representação que lhes foi concedida pelos cidadãos. O vilipêndio, portanto, não é gratuito nem mal-intencionado: é uma reação legítima da sociedade."

Eu faço esse registro, porque a imprensa tem criticado, tem apresentado, tem dado a sua opinião, muitas vezes, sobre coisas que não concordamos. Mas tenho certeza de que a opinião da RBS nesse depoimento retrata a razão exata do vilipêndio, da consideração que o povo brasileiro, que entende, que assiste, que escuta, que opina, que tem o direito de expressão, que muitas vezes é calado por uma minoria, mas que tem o direito da seu pronunciamento, da sua manifestação que aqui está retratado...

Esse Brasil é um país de gente muito séria, mas infelizmente temos muita gente que não é séria

galgando postos, o que envergonha o povo brasileiro. Assim sendo, faço esse registro, para que eu não seja mais um que contribua para o vilipêndio da política brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertence ao PSD.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSD que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário pertence PMDB.

(Pausa)

Não havendo manifestação, encerramos o horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário e que terá o encaminhamento conforme o Regimento Interno ao Projeto de Lei n. 0279/2012.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 0029/2011 e 0182/2010.

A comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0494/2012.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as seguintes Indicações n.s 0032/2013, 0033/2013, 0034/2013, 0035/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0036/2013, 0037/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0038/2013, de autoria do deputado Manoel Mota; 0039/2013, 0040/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0041/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0042/2013, 0043/2013, 0044/2013, 0045/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0046/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0047/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Esta presidência comunica que defere os requerimentos n.s 0060 e 0061/2013, do deputado Carlos Chiodini; 0062/2013, da deputada Dirce Heiderscheidt; 0063/2013, do deputado Aldo

Schneider; 0064 e 0070/2013, do deputado Neodi Saretta; 0066 e 0068/2013, do deputado Reno Caramori; 0069/2013, do deputado Valmir Comin; 0071/2013, do deputado Padre Pedro Baldissera; 0072/2013, da deputada Ana Paula Lima; 0073/2013, do deputado Kennedy Nunes; 0074/2013, do deputado Ciro Roza.

Esta presidência submete à deliberação do plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0065/2013, da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao presidente do Banco Central, solicitando a análise criteriosa na aprovação do senhor João Paulo Kleinübing para a Presidência do Badesc em Santa Catarina.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, é que essa que envolve João Paulo Kleinübing já prescreveu, já foi feito, inclusive, junto ao Banco Central. Não faz mais sentido, não sei a intenção, não sei nem quem é o autor, mas o trâmite já ocorreu hoje inclusive no Banco Central.

Então, já não faz sentido a Assembleia votar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Nós retiramos esse requerimento e conversaremos com a deputada Ana Paula Lima.

Requerimento n. 0067, do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao gerente da Anatel e aos diretores regionais das empresas de telefonia celular Claro, Vivo, Oi e Tim, em Santa Catarina, solicitando a ampliação da cobertura da telefonia móvel entre os municípios de Água Doce e a divisa com o estado do Paraná, ao longo do rodovia BR-153.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0003/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao comandante da Base Aérea de Florianópolis, bem como ao Esquadrão Phoenix, pelos 31 anos de atividade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos ao horário destinado à Explicação Pessoal.

A primeira oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos. Antes, porém, ouço o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Presidente Joares Ponticelli, em primeiro lugar gostaria de pedir escusas se eu não ouvi ou não vi. V.Exa. já anunciou para esta Casa os nomes dos membros das comissões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não porque nós ainda temos solicitação da alteração numa lista, srs. deputados.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, por até dez minutos, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento o sr. presidente, as sras. deputadas, os srs. deputados, todos que acompanham a agência AL Notícias, a TVAL.

Quero me manifestar hoje com referência a uma notícia muito importante e aproveitar esta tribuna também para divulgar essa notícia, uma conquista, com relação à implantação de um polo do Instituto Federal Catarinense na cidade de Abelardo Luz,

cidade esta que tem o maior número de famílias assentadas, em torno de 1.500 famílias, sendo que no ano passado, no mês de agosto mais exatamente, nós realizamos uma audiência pública no assentamento José Maria, para tratar de um instituto federal voltado à educação do campo.

No dia 18 último estive em Brasília, no ministério da Educação, e recebi, deputada Dirce Heidercheidt, uma informação positiva, o anúncio por parte do diretor da rede federal de ensino dessa conquista para Abelardo Luz.

Então, nos próximos meses teremos a implantação de um polo do Instituto Federal Catarinense, o primeiro voltado à educação do campo, na rede federal, especialmente no assentamento José Maria.

Quero dizer com isso que, além de contar com servidores técnicos, também contará com um corpo de professores da rede federal e também com bolsistas, monitores, do próprio município de Abelardo Luz.

Então, acho que é uma grande conquista valorizar a educação do campo, que tem uma marca, uma trajetória, um sentido todo especial e que é muito importante para a manutenção dos nossos jovens no meio rural.

Também quero aproveitar para divulgar um requerimento que ainda foi aprovado no ano passado, quando no momento estavam em greve os servidores dos institutos federais questionando a infraestrutura, os laboratórios, o número de institutos e a própria expansão.

Como disse naquela ocasião, não é porque sou do Partido dos Trabalhadores da presidenta Dilma Rousseff que apoiamos, defendemos e temos o maior orgulho, que não fazemos o debate das condições da educação na rede federal, tanto é que aprovamos a realização, ainda no ano passado, daquela audiência pública.

Então, agora confirmo, vamos apenas esperar que seja instalada a comissão de Educação, Cultura e Desporto e a posse do deputado Antonio Aguiar, para a realização dessa audiência já aprovada que vai tratar de outro tema, que é a qualidade da

expansão dos nossos institutos federais, ou seja, quais são as demandas necessárias do ponto de vista de equipamentos, de laboratórios, de pessoal e também do número de institutos no estado de Santa Catarina.

Já tenho a autorização do próprio ministério em se fazer presente e de forma muito fraterna, como é o nosso governo federal, fazer o debate sem fugir do debate das condições, das necessidades e da necessidade desses investimentos.

Então, trazemos uma notícia positiva, que é a expansão, mas ao mesmo tempo o nosso cuidado, a nossa atenção, com relação à necessidade de que essa expansão seja vez feita com o maior cuidado e a maior condição de qualidade aos nossos estudantes, aos técnicos e aos nossos profissionais.

Trazendo essas duas notícias, também quero comungar com todos que estão acompanhando esta sessão de que já temos abertas as inscrições do Pronatec Campo, o qual busca justamente levar esse ensino técnico e profissionalizante aos agricultores de todo o Brasil, e em Santa Catarina temos 4.300 vagas disponíveis para os agricultores familiares do nosso estado.

A pré-matrícula do programa terá início no dia 1º de março, e a previsão é de que as aulas iniciem em abril deste ano. São em torno de 23 cursos oferecidos aos nossos agricultores familiares, desde o produtor de leite, agroindústria familiar, processamento de alimentos, agricultor florestal, técnico em aquicultura, tratorista agrícola, fruticultor apicultor, agricultor orgânico, preparador de doces e conservas, jardineiro, piscicultor, marisqueiro, operador de trator, mecânico agrícola, pedreiro, padeiro, confeitiro, bovinocultor de leite, bovinocultor de corte, pedreiro de alvenaria e manipulador de alimentos.

O que o Pronatec quer? Quer dar atenção também às comunidades que estão lá na agricultura familiar, para que tenham o seu saber popular, a sua tecnologia, pois no mundo de hoje precisam agregar conhecimento científico e tecnológico.

Então, o agricultor que tem interesse de realizar qualquer um desses mais de 20 cursos pode procurar as organizações do campo, sindicatos, cooperativas, representantes da agricultura familiar de cada município, de posse dos documentos pessoais, e viabilizar a sua inscrição.

Eu acho que é muito importante nos dias de hoje buscarmos cada vez mais o conhecimento. Estava no final de janeiro em uma palestra, e o palestrante nos dizia com muita sabedoria que hoje a garantia de uma faculdade, diferente de antigamente, não é mais a garantia do teto, mas é o piso. Quer dizer, um sujeito no mundo de hoje precisa no mínimo pensar em fazer o ensino superior. E a partir daí continuar estudando vida fora. Aliás, esse é um tema que muitos países já estão tratando. Ou seja, o mundo exige hoje que os estudantes tenham uma profissão conciliada com o trabalho. Diante disso existem muitas universidades corporativas que já estão sendo gestadas dentro da própria empresa, e o trabalhador fica nessa empresa durante 30 anos trabalhando e nesse período participa desses cursos e desse modelo de profissionalização e de acesso ao conhecimento superior.

Então, quero trazer essa riqueza agora também ao meio rural. Precisamos fazer um movimento grande para que o conhecimento chegue ao campo. E que o nosso agricultor possa não apenas produzir alimentos, mas também ter uma renda mais justa e decente.

Essa é a manifestação que gostaria de fazer.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, em outras oportunidades assomamos a essa tribuna argumentando, deputado Neodi Saretta, um assunto que v.exa. tem pleno conhecimento.

Vou ler na íntegra o requerimento que apresento:

(Passa a ler.)

"O Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno e considerando que em um raio de aproximadamente 120 quilômetros da BR-153 não há antena de nenhuma operadora de celular, e os usuários que por ali trafegam sentem-se inseguros, agravado ainda pela atuação maciça dos bandidos, requer seja encaminhada ao Gerente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - e às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular Claro, Vivo, Oi e Tim, em Santa Catarina, a seguinte mensagem:

'A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Reno Caramori, solicita a vossa senhoria a ampliação da cobertura da telefonia móvel entre os municípios de Água Doce e a divisa com o estado do Paraná, ao longo da rodovia BR-153, em razão do grande fluxo de veículos e caminhões que trafegam naquela região para escoamento da produção agroindustrial, que vêm sofrendo com a falta de comunicação naquele trecho para pedidos de auxílio. Atenciosamente, deputado Joares Ponticelli.'"

Deputado Neodi Saretta, v.exa. tem grande atuação naquela região e com certeza já esteve nesta tribuna também se manifestando a respeito do desleixo com relação à telefonia rural. Não dá para entender que hoje essas companhias apenas olhem as cifras. Se não der lucro, não atendem.

É um trecho de um vazio de 120 km entre Água Doce e General Carneiro, Palmas e Caçador, que chamamos de corredor do malandro, onde malandros se utilizam da SC-451, que sai de Caçador e que vêm da SC-303 e SC-302, centralizando com a SC-451 sentido Paraná/Foz do Iguaçu, porque ali tem um vazio, ou seja, não tem comunicação. Não tem celular, não tem telefone fixo, a não ser de alguns fazendeiros, pois alguns produtores ainda mantêm nas suas propriedades os telefones, ainda que não funcionem direito.

Portanto, hoje, nós temos, deputado Neodi Saretta, grandes lavouras de soja, de batatinha, vinícolas e plantadores de vinhedos de altitude, como a Santa Augusta, o Maurício Grando com a

Villaggio Grando, temos mais empresas italianas se projetando e não temos comunicação nesse trecho, o que nos cria um problema sério tanto econômico como de segurança. Por isso, voltamos mais de uma vez a insistir aos meios de comunicação, aos responsáveis, ao governo do estado e governo federal, no sentido de que propiciem pelo menos uma obrigatoriedade de uma delas se instalar. Não é possível que num meio produtivo como esse da região não tenhamos comunicação. Então, não dá.

A nossa insistência, deputado Neodi Saretta, é para que mais uma vez possamos alertar as empresas que exercem essa atividade, que detêm as concessões dos meios de comunicação, para que analisem não só a localidade, porque é o maior entroncamento.

Caçador traz para o litoral o pessoal da Foz do Iguaçu, do Paraguai, que fazem dali o caminho da roça. Pega a BR-153, logo a SC-151 e em seguida o acesso de Água Doce a Treze Tílias, que é um ponto turístico também. E tem todo o trânsito da SC-153, que vem desde o Rio Grande do Sul e vai para o norte e nordeste.

Então, pedimos a esta Casa, que aprovou por unanimidade esse nosso requerimento, que possamos pelo menos minimizar os problemas daquela região. Agora, graças a Deus, com o apoio da prefeitura de Água Doce, instalamos lá, onde tínhamos a fiscalização do ICMS, a Polícia Rodoviária Federal, mas não temos comunicação. Temos a Polícia muito bem instalada, homens capacitados, viaturas novas, uma beleza de trabalho, mas não temos comunicação. Assim, se acontecer um problema, tem que pedir um cavalo lá na fazenda e sair correndo para avisar o vizinho mais perto que o ladrão está lá. Não é possível, deputado Neodi Saretta. Então, acho que é importante que nos debrucemos sobre isso para que venha a acontecer.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Reno Caramori, faço um aparte exatamente para me solidarizar a esse seu pronunciamento, já que em

outros momentos, como v.exa. disse, abordamos essa questão.

Pelo menos já se instalou a Polícia Rodoviária Federal, mas é inadmissível que num trecho grande de rodovias, inclusive com a BR-153, uma das mais importantes do país, tenha um grande trecho sem comunicação via celular, que hoje é a forma mais fácil e objetiva da comunicação.

V.Exa. tem razão. Aquela é uma área que precisa de uma atenção especial, e esperamos que as operadoras possam olhar para isso; que o governo, através da Anatel, possa também fazer alguma determinação, como diz v.exa., de pelo menos uma operadora possa estar ali naquela região para fazer uma área de maior proteção, pois ali acontecem muitos problemas. Mas pelo menos temos a comemorar a instalação da Polícia Rodoviária Federal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Deputado Neodi Saretta, tivemos por ali vários assaltos com sequestros. Temos fazendas ali que foram assaltadas, com o sequestro de esposa e filho, que foram amarrados, roubados, pois limpavam e ameaçaram. E eram fugitivos de Santa Catarina que tiveram indulto de Natal. Soltaram da cadeia, e a primeira coisa que fizeram foi assaltar.

Então, não dá. Parece-me que eles sabem que lá não tem comunicação. O bandido chega à fazenda, não tem para quem telefonar, e a cavalo é mais difícil. Mas está difícil sensibilizar as autoridades competentes nessa área. Se temos comunicações e o malfeitor entende que lá pode ter uma comunicação, ele também vai se cuidar, não vai chegar assim com toda a franqueza, amarrando a família, sequestrando, roubando, estuprando e fazendo todo tipo de falcatrua, sabendo que as pessoas são totalmente indefesas.

Por isso, agradeço aos srs. parlamentares que aprovaram esse requerimento para tentar mais uma vez sensibilizar as autoridades para que pressionem essas empresas concessionárias que

exercem as suas atividades socioeconômicas, mas muito mais econômica do que social, em benefício das suas empresas e deixando de atender a uma região grande, porque entendem eles que a população regional, local, não é tão grande assim. Mas é a população circulando.

Deputado Mauro de Nadal, são centenas, milhares de caminhões que circulam. E essa integração da BR-153 com a BR-451, com Palmas, nesse raio de mais de 120 quilômetros, está totalmente sem comunicação.

Então, é fácil, o bandido rouba em Caçador, rouba aqui para baixo, passa por ali, vai para o Paraguai e fica tudo numa boa.

Então, é difícil até para as autoridades cercearem esse tipo de malandragem, porque não tem comunicação. Assim é mais difícil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia, matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.